

• Política

CONSTITUINTE

See page 7

Ulysses e Covas tentam fazer valer programa para evitar a divisão

por Andrew Greenlees de Brasília

Peças estratégicas no contrato ideológico da Assembléia Nacional Constituinte. Os relatores das oito comissões temáticas, todos do PMDB, receberam do deputado Ulysses Guimarães, presidente do partido, e do senador Mário Covas, líder da bancada, uma clara orientação: fazer um esforço para que prevaleçam nos anteprojetos a serem votados neste final de semana o programa básico do PMDB.

Desta forma, os principais dirigentes pemedebistas pretendem vencer a ameaça da divisão interna, além de produzir uma Constituição que consideram avançada. Dentro da estratégia, sucedem-se as reuniões para detectar os pontos polêmicos e estudar formas de administrá-los.

O mais recente destes encontros ocorreu anteontem à noite, na residência de Ulysses Guimarães, em Brasília, onde estiveram os líderes Mário Covas (Constituinte), Fernando Henrique Cardoso (Senado) e Luiz Henrique (Câmara), além dos relatores Severo Gomes (Comissão da Ordem Econômica), José Serra (Comissão do Sistema Tributário), Almir Gabriel (Ordem Social) e Artur da Távola (Família, Educação, Ciência e Tecnologia). Participaram também os ministros Celso Furtado, José Hugo Castelo Branco e Raphael de Almeida Magalhães.

Nesta reunião, como em outros contatos de Ulysses com relatores, foi reafirmada a necessidade de seguir o programa partidário, enquanto as questões não programáticas serão votadas de acordo com a consciência de cada parlamentar. O mandato presidencial e o sistema de governo incluem-se aí.

Os principais pontos que deverão gerar confrontos, segundo entendem os pemedebistas, são a reforma agrária, a definição de empresa nacional, a intervenção do Estado na economia, a reserva de mercado, a estabilidade no emprego, o direito de greve e a destinação de recursos públicos nas escolas. Estes, pelo menos, são potenciais fontes de atrito que merecem tratamento no programa do PMDB. "Vamos tentar fazer prevalecer o programa e, nas questões não programáticas, procurar acordos", explicou um dos participantes da reunião de anteontem.

Mas o que diz, concretamente, o programa básico do PMDB sobre os diferentes problemas levantados nas comissões? De forma geral, o texto estabelece princípios gerais, sem especificar modo de implementação.

No capítulo da reforma agrária, por exemplo, o partido defende sua necessidade, "em especial onde coexiste o latifúndio impro-

duativo com o minifúndio inviável". Mais adiante, o programa apresenta como "urgente a criação de mecanismos legais rápidos para assegurar a posse da terra, legitimando os títulos de propriedades aos que efetivamente nela trabalham".

Quanto ao capital estrangeiro, o programa pemedebista defende maiores restrições às empresas multinacionais. Isto significa "controlar mais eficazmente o fluxo de divisas remetidas ao exterior, estabelecer controle prévio da entrada de multinacionais no País, orientar os reinvestimentos segundo prioridades definidas pelo interesse público e criar mecanismos que impeçam a compra de empresas estrangeiras". O PMDB não abre mão, além disso, do monopólio estatal da "pesquisa, lavra, refinação e transporte do petróleo".

A reserva de mercado especificamente para a Informática foi definida em congresso do partido, mas, no programa, o princípio está definido: "O PMDB defende de se assegurar a empresas nacionais, sob controle de brasileiros, participação hegemônica no programa de computadores, mediante decisiva proteção do mercado e apoio substancial às atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico".

Os "fluxos básicos de investimento da economia" devem estar sob o controle do Estado, "desde que controlado democraticamente".

No setor trabalhista, o texto defende a autonomia sindical, o direito irrestrito de greves, reajustes salariais de acordo com o índice do custo de vida, escala móvel toda a vez que a inflação atingir os 10%, além da estabilidade no emprego.

A existência do programa, no entanto, não garante a unificação do discurso partidário. Ontem, por exemplo, os deputados Roberto Cardoso Alves e Domingos Leonelli, ambos do PMDB, expuseram aos brados suas divergências sobre a reforma agrária, no saguão da Câmara.

Para o secretário-geral do partido, deputado Milton Reis, o problema, não é tão grave. "Todos são a favor dos princípios programáticos", sustenta, "o que se discute é como implementá-los".

O próprio Leonelli, no entanto, previa que a atuação por meio de blocos ideológicos assumirá importância cada vez maior na Constituinte e resultará numa reforma partidária ao final dos trabalhos, ou mesmo antes. Por via das dúvidas, o deputado Miro Teixeira apresentou emenda que possibilita a transferência de um partido para outro, atitude vedada pelo anteprojeto que tratou do tema.

Sistematização aprova o seu regimento interno

por Andrew Greenlees de Brasília

A Comissão de Sistematização — responsável por elaborar o texto final da nova Carta — manterá a estrutura de 93 membros, com representação de todos os partidos. A definição ocorreu ontem, quando a Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo rejeitou duas questões levantadas pelos deputados Amaral Neto, do PDS, e José Genoíno, do PT, ambas referentes a modificações na formação da Sistematização.

O recurso de Amaral Neto pedia a destituição dos relatores das subcomissões que tiveram seus anteprojetos rejeitados. Caso fosse aprovada a proposta do deputado, estes relatores perderiam a condição de membros da Comissão de Sistematização.

Os pemedebistas do PMDB seriam os grandes atingidos, já que perderiam pelo menos três representantes na comissão deliberadora dos trabalhos constituintes. O relator da Comissão de Organização dos Poderes, Egídio Ferreira Lima, apresentou parecer contrário à questão, e foi aprovado por 31 parlamentares, contra apenas três.

José Genoíno levantou questão sobre a proporcionalidade na Sistematização. Aprovado seu recurso, o PMDB perderia quatro vagas na Sistematização, enquanto o PT e o PDT ganhariam uma vaga. Ferreira Lima também apresentou parecer contrário, sendo apoiado por 34 constituintes, contra 16.

A própria Comissão de Sistematização terminou ontem o processo de elabo-

ração de seu regimento interno. Faltava apenas determinar o quórum para aprovar projetos de resolução (que envolvem a soberania da Constituinte). Venceu a proposta do relator Bernardo Cabral: será necessária maioria simples dos presentes em plenário.

Na reunião de ontem foi bastante discutida a proposta do senador Marcondes Gadelha (PFL-PB), no sentido de limitar a 200 artigos a nova Constituição. O senador Jamil Haddad (PSB-RJ) considerou impossível deliberar sobre isto. O deputado Ademir de Andrade (PMDB-PA) disse à EBN que não é função da Comissão de Sistematização limitar o número de artigos da Constituição, que tem apenas o poder de compatilizar. Para ele, os constituintes não devem preocupar-se com o tamanho da Constituição, que tanto pode ter 200 como 2 mil artigos. O deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) considerou que o tamanho da Constituição é um pseudoproblema, já que sua extensão menor ou maior decorre de uma realidade social conflitante.

O relator Bernardo Cabral preferiu ver na proposta de Gadelha uma preocupação que deve presidir os trabalhos de elaboração da nova Constituição, no sentido de eliminar tudo o que for repetitivo, para tornar a Constituição mais concisa. Lembrou, a respeito, que os anteprojetos das 24 subcomissões somaram um total de 2.668 disposições, e que os anteprojetos das oito comissões atingiram mais de 2.200.